

NELSON WERNECK SODRÉ, REESCRITAS DA HISTÓRIA DO BRASIL SOB O CONCEITO DE FORMAÇÃO

Tiago Conte*

Introdução

Entre os autores dedicados ao estudo de temas brasileiros, Nelson Werneck Sodré não consta como dos mais citados se comparado a nomes da mesma geração, como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., por exemplo. Apesar de sua produção abranger da crítica literária à historiografia, volumes de memórias e artigos na imprensa, numa atividade intelectual que se estendeu por mais de meio século, sua obra foi desqualificada como “esquemática” e “pedestre” a partir dos anos 1970 (KONDER, 2006, p. 57). Nesse sentido, as críticas à Sodré apresentam uma conotação intelectual, posto que o autor não possuía formação acadêmica, e política, pois seus livros “passaram a ser acusados de falta de rigor acadêmico – a maldição do ensaísmo! – e de culposos equívocos políticos em relação aos anos que antecederam o golpe militar de 1964” (SILVA, 2008, p. 13).

Além disso, essa avaliação negativa do autor e de sua influência remetia à sua condição de militar e intelectual ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo Sodré um raro caso de oficial que chegou ao generalato enquanto era identificado com o campo político de esquerda. No período anterior a 1964, sua atividade intelectual envolvia a elaboração de livros, artigos e a docência, sobretudo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde o autor ministrava cursos de história. Nesse sentido, sua participação na opinião pública era tal que Leandro Konder considera Sodré “O historiador marxista afinado com a perspectiva do PCB que se destacou e alcançou respeitabilidade nos anos 50” (1998, p. 370).

Nesse momento de maior atividade e evidência do autor, ao menos duas teses caracterizaram sua interpretação sobre nossa sociedade: a existência de “restos” feudais ou semif feudais no campo e do imperialismo enquanto força que limitava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esses dois aspectos se reforçavam entre si, pois Sodré considerava que o latifúndio agroexportador vendia seus produtos aos países cujas indústrias se instalavam com vantagens no país, o que impedia uma industrialização a partir de capitais nacionais. Em suas obras históricas, Sodré procurava analisar as origens desses entraves para indicar maneiras de superá-los no presente, o que conferia à sua produção um engajamento assumido pelo autor: “Não é este, pois, um livro de mera especulação: deriva de uma posição política” (SODRÉ, 1962, p. IX).

* Doutorando em História pela PUCRS. Mestre em História pela Unisinos (2016).

As implicações políticas dessas teses estavam entre os pontos mais polêmicos na obra sodreana, pois ao afirmar a existência de conflitos entre grandes proprietários rurais e uma fração da burguesia voltada ao mercado interno, Sodré considerava que:

A burguesia já dominava o Estado, mas ainda não conseguira eliminar o latifúndio. E se não podia fazê-lo era porque ele tinha uma força poderosa a sustentá-lo: o imperialismo. Ao imperialismo interessava manter o Brasil no feudalismo. O passado feudal estava incrustado no presente capitalista, e este, para desenvolver-se sem peias, deveria eliminá-lo (REIS, 2000, p. 164).

Contra os entraves internos e externos ao desenvolvimento industrial autônomo, sobre bases nacionais, Sodré propunha a formação de uma ampla frente entre aquele setor da burguesia com os trabalhadores rurais e urbanos em favor de um programa reformista, que abarcava da reforma agrária à nacionalização dos recursos naturais e leis que regulavam a remessa de lucros ao estrangeiro. Programa quase idêntico ao do PCB e de outros partidos comunistas na época, que em plena Guerra Fria se voltavam contra um adversário principal, o imperialismo norte-americano (CONTE, 2010, p. 45). Assim, naquele momento a dicotomia entre capitalismo e socialismo passava a um segundo plano, pois nos países “em desenvolvimento” seria necessário primeiro promover o crescimento das forças produtivas para estabelecer condições de um possível socialismo no futuro.¹

Com o golpe de 1964 e a derrota das esquerdas, tanto a obra de Sodré quanto a política reformista de frente única foram criticadas como obra de “personagens bem intencionados”, por não considerarem que para a burguesia local, “se os seus interesses de classe passarem pela associação com os capitais estrangeiros, o nacionalismo será relegado às traças ou talvez apenas utilizado verbalmente para impressionar as massas” (MANTEGA, 1995, p. 201). Em linhas gerais, a defesa de uma “revolução brasileira”, burguesa e democrática, foi desqualificada como um argumento etapista e aplicação mecânica de modelos teóricos soviéticos a uma sociedade tão distinta quanto a brasileira. Além disso, as relações de Sodré com o PCB tornaram sua obra alvo de críticas que muitas vezes visavam a linha política do partido, como se o autor fosse seu representante oficioso (KONDER, 2006).

No entanto, cabe ponderar alguns aspectos a respeito dessa visão mais corrente sobre o autor. Pois em primeiro lugar, o vínculo de artistas e intelectuais com o PCB não significava a mera instrumentalização de

1. A bibliografia a respeito do programa político do PCB nesse momento, que João Quartim de Moraes (2007) chama “nacional-democrático”, é vasta, mas suas principais referências são a Declaração de Março de 1958 e a obra de Lênin sobre a revolução de 1905 na Rússia. Por outro lado, as principais críticas ao embasamento teórico desse programa e sua aplicação no Brasil se deram a partir de Caio Prado Júnior.

uns pelos outros, mas uma relação que implicava em custos e benefícios para os envolvidos. Desse modo, enquanto o partido incorporava o prestígio que a filiação de autores como Caio Prado Jr. e Jorge Amado acarretava à sua imagem, ao mesmo tempo ele abria canais para que os militantes publicassem suas produções, como editoras, jornais e revistas. Ao mesmo tempo, esse vínculo trazia certos riscos, pois como observou Marisângela Martins, “Houve casos em que, a despeito de todos os recursos empregados para a causa partidária, o estigma decorrente de ser comunista foi nefasto para a carreira de determinados intelectuais” (2015, p. 79).

Um segundo ponto consiste em notar que a filiação de Sodré ao marxismo foi resultado de uma transição do autor naquele sentido, *grosso modo* entre meados dos anos 1940 e 1950. E além do cunho biográfico³, essa mudança incidu em sua produção, cujas obras publicadas até meados da década de 1940 foram alteradas, reeditadas décadas depois ou aposentadas por decisão de Sodré. Contudo, grande parte da bibliografia acadêmica se concentra na análise de suas obras publicadas nas décadas de 1950 e 1960 e nas instituições onde Sodré atuava nesse período, especialmente o ISEB. Dessa maneira, seus livros e teses são avaliados à luz da ideologia nacionalista do ISEB, do programa político do PCB ou das posições de Sodré nos principais debates da época, o que remete aos contextos em que sua obra foi produzida enquanto as referências teóricas que o autor utiliza por vezes ficam em segundo plano.

Por esses motivos, abordaremos dois trabalhos de Sodré a partir de outro critério, sendo um publicado antes e outro após a “conversão” de NWS ao marxismo: *Formação da sociedade brasileira*, de 1944, e *Formação histórica do Brasil*, de 1962. E mais do que comprovar as diferenças entre duas histórias do Brasil escritas pelo mesmo autor, com base nas reflexões de Reinhart Koselleck (2006) pretendemos avaliar como Sodré apresenta a sociedade brasileira e articula o tempo histórico em cada obra. Ao mesmo tempo, observa-se que o termo “formação” é comum aos dois títulos, conceito a partir do qual procuramos levantar continuidades no projeto de Sodré e suas relações com a historiografia brasileira do período.

Formação da Sociedade Brasileira e a Presença da Heterocronia

Em *Formação da Sociedade Brasileira* (doravante abreviada como FSB), Sodré pretende oferecer “uma visão de conjunto de como viveu o nosso povo, até os dias que precederam a crise de 1929” (1944, p. 5). Nesse sentido, a obra abarca um período desde a transição entre a Idade Média, a Modernidade e as grandes navegações até o fim da primeira república, em um trabalho de síntese histórica. E a narrativa de *Formação histórica do Brasil* abrange um período semelhante, a ponto de André Moysés Gaio consi-

3. Especialmente no segundo volume das *Memórias de um soldado* (1988), Sodré narra as perseguições que sofreu dentro do Exército por conta de suas posições políticas e da participação na chapa que presidiu o Clube Militar no início dos anos 50.

derar FSB “um texto preparatório” ao segundo livro, que depois foi criticado por Sodré à luz das experiências políticas que o autor adquiriu (2004, p. 61).

Contudo, ao contrário de *Formação histórica do Brasil*, FSB não voltou a ser editada por decisão do autor, que colocou o livro “em um índice pessoal, utilizando um argumento considerado definitivo para esse posicionamento, quando afirmou ser *uma obra anterior ao meu conhecimento de marxismo e, portanto, indigna de reedição*” (CUNHA, 2001, p.235). Paulo Ribeiro da Cunha aponta FSB como um exemplo de “ecletismo teórico”, em que as referências a autores como Varnhagen, Gilberto Freyre e Azevedo Amaral são combinadas com citações a Caio Prado Jr., por exemplo. E Sodré afirma na introdução ao trabalho que “não me cingi, estreitamente, ao imperativo de um método indeformável. Considero, entretanto, que, entre os fatores que presidem a evolução das sociedades, o econômico tem uma importância superior” (1944, p. 5). Ao mesmo tempo, Sodré afirma a persistência de um traço que condicionou a sociedade brasileira ao longo de sua história:

A evolução nacional, por outro lado, padeceu de dificuldades oriundas da heterocronia no desenvolvimento de seus diversos setores, e da marcha territorial da riqueza. A exposição se ressentia, sem dúvida, em todos os casos, desse problema fundamental (SODRÉ, 1944, p. 6).

As causas para as desigualdades econômicas e sociais que o Brasil experimentava até a época em que FSB foi publicada estariam no próprio caráter da colonização, voltada para a produção de riquezas ao mercado europeu com base no trabalho escravo. De acordo com Fernando Talarico, a “violência fundadora” desse projeto colonial se desdobraria no espaço e no tempo: no espaço, porque os latifúndios eram organizados somente para a exploração de produtos valorizados no exterior, cuja variação de preços causava a ascensão de certas áreas e a crise de outras. Dessa forma, a pobreza da capitania de São Vicente contrastava com a riqueza da zona açucareira, pois a colônia era formada por núcleos habitacionais distantes entre si, com ritmos de desenvolvimento diferentes (2006, p.129).

No tempo, a violência escravista marcaria a persistência das desigualdades sociais, onde os senhores de terra possuíam direitos e riqueza enquanto o todo o restante da população era despossuído. E nem mesmo a independência rompeu esse cenário, pois os proprietários rurais mantiveram a escravidão e reforçaram seu poder político com a monarquia. E embora processos como a abolição, o crescimento das cidades e a industrialização tenham modificado em parte aquele quadro, durante o período republicano a

produção do café se subordina ao mercado externo, “e organiza a economia interna para uma valorização artificial de preços. O resultado é, de novo, a provisoriedade do esforço socioeconômico” (TALARICO, 2006, p. 130). Por esses motivos, Sodré afirma que “a extraordinária heterocronia do processo histórico brasileiro” ao longo do tempo forma:

(...) esses arquipélagos econômicos, políticos, sociais, fazendo do país que vai surgir dessa colônia em que as partes se desenvolvem com uma arritmia tão acentuada, uma pluralidade fundamental, ao contrário da articulação unitária que muitos, erradamente, pretendem ver nele (SODRÉ, 1944, p. 188-189).

Por esses motivos, Sodré considerava que o Brasil era um país ainda colonial em muitos aspectos, marcado por uma “herança cultural” que prejudicava seu desenvolvimento. Assim, embora o autor considerasse o fator econômico como principal, nota-se que essa instância também sofria os efeitos daquele complexo, sobretudo no campo do trabalho. E ao buscar as origens históricas daquelas condições, Sodré procura interpretar o passado para orientar ações no tempo presente, dado que:

A vida nacional ainda se exerce em torno de uma parcela diminuta daquilo que se convencionou chamar povo brasileiro. [...] Sem congregar, entretanto, pelo menos a quase totalidade dessa massa inorganizada, pouco conseguiremos realizar de sensível. E só poderemos alcançar uma finalidade tão importante quando nos convenceremos de que a herança do trabalho está viscerada de defeitos tremendos, em nosso país (SODRÉ, 1944, p.7).

Nesse aspecto, as considerações de Reinhart Koselleck quanto ao conceito moderno de história nos auxiliam a compreender a relação que Sodré estabelece entre o diagnóstico dos problemas do passado e projetos para superá-los no presente e futuro. Pois de acordo com o historiador alemão, a partir de meados do século XVIII houve um deslocamento no termo que designava a história, da *Historie* que se referia à narrativa de um acontecimento para a *Geschichte*, denominada “história em si”. Desse modo, a antiga *historia magistra vitae* que colecionava exemplos do passado passíveis de repetição no presente passou a ser compreendida como um processo único e universal, cujo horizonte seria o do futuro planejado pela ação humana.

Droysen resumiu esse processo na sentença “Acima das histórias está a história”, e Koselleck destaca que essa transformação conceitual também modificou a experiência histórica:

Uma história que só é história quando e na medida em que é conhecida está, é claro, mais fortemente ligada ao homem do que uma história que, no seu acontecer, atinge o homem como um destino. O conceito reflexivo, de história como tal, abre um espaço de ação em que os homens se veem forçados a prever a história, a planejá-la, a *produzi-la*, nas palavras de Schelling, e por fim a fazê-la (KOSELLECK, 2006, p. 237).

“Fazer a história” passou a ser possível na medida em que os sujeitos se conscientizassem de seu processo, de maneira que as condições da experiência e as condições do conhecimento histórico foram reunidas em um mesmo conceito. E essas mudanças de ordem conceitual também afetaram a maneira de escrever a história, pois:

Passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de sequências cronológicas – os motivos que permanecem ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento causal uma ordem interna (KOSELLECK, 2006, p. 51).

Em vez dos relatos de batalhas ou das biografias de personagens políticos, a história passou a ser entendida como um processo que se dirige ao progresso e ao futuro, cujo paradigma de rompimento com o passado foi a Revolução Francesa. Sem ignorar as diferenças entre o contexto europeu entre o século XVIII e XIX com o Brasil em meados do século XX, nota-se que Sodré apresenta uma história que não se define pelas ações de “grandes” personagens. Dessa forma, a colonização é apresentada como resultado de um processo econômico e social muito anterior a 1500. O Brasil era uma terra pobre e uma escala para os navios que rumavam ao oriente (1944, p.54), cuja povoação se deu através da iniciativa de colonos abastados que formavam grandes unidades produtoras baseadas no trabalho escravo. Dessa maneira, “No berço, já a nacionalidade, colônia ainda, padecia dessa mazela curiosa, de tremendos efeitos em nossa evolução e em nosso progresso” (1944, p. 74).

Embora as notas de referência ao longo de FSB sejam esparsas, essas passagens remetem a leitura de dois autores: Oliveira Viana e Caio Prado Jr. O primeiro, identificado com o pensamento conservador e autoritário brasileiro, consta na caracterização da propriedade rural como uma autarquia e nas referências a “poderosos clãs” rurais cujo poder só declinou com a centralização promovida pelo império (1944, p. 100). De Caio Prado, Sodré cita textualmente a

4. Além disso, em suas *Memórias de um escritor* Sodré menciona os contatos que mantinha com Viana, de quem era admirador na época.

passagem em que o historiador paulista descreve a organização agrária do Brasil colonial como conjunção numa mesma unidade produtora de grande propriedade, monocultura e trabalho escravo (1944, p.88-89). Em outra passagem, Sodré faz referência a *Formação do Brasil Contemporâneo* para comentar o quanto o povoamento da colônia era instável devido ao fato da colonização se voltar para o cultivo ou extração de produtos a partir da demanda externa, traço que Sodré afirma ter permanecido mesmo após a independência.⁵

Ao utilizar conceitos de autores com referenciais teóricos tão díspares entre si, observa-se certo ecletismo de um autor em transição entre interpretações conservadoras e marxistas da sociedade brasileira. Postura que não se resume nas referências àqueles dois autores, mas permeia a elaboração de FSB, segundo Paulo Rodrigues da Cunha:

Conceitos como *elite*, *organismo*, *clã*, ainda estão presentes e sugerem as presenças metodológicas e conservadores de Pareto e Viana nessa elaboração, além de pontuarem o ecletismo presente. Em algumas etapas históricas, a rotação metodológica também se estabelece e ele utiliza, a partir de um determinado período, o conceito *grupo social*, para então, na análise de um período mais recente, apreender *classes sociais*, *pequena burguesia* e principalmente *burguesia* nesse processo, ainda que não se abstenha de utilizar a categoria *elite* e *capitalismo mercantil* em sua análise do desenvolvimento do processo histórico brasileiro (CUNHA, 2001, p. 240).

Por esses motivos e diante de sua formação marxista posterior, em suas memórias Sodré argumenta que FSB era marcada por uma “confusão conceitual”, razão pela qual a obra não foi reeditada: “A linguagem conceitual precisa funcionar como sistema de coordenadas, que delimita as dimensões do trabalho científico. Se ela não existe, não existe ciência. Foi isso, precisamente isso, que inutilizou o livro” (SODRÉ, 1970, p. 315). E além desses aspectos, outro conceito indica o caráter híbrido de FSB, o de heterocronia. Pois embora Paulo Rodrigues da Cunha afirme que “Foi possivelmente com os materialistas vulgares (médicos de formação) que Sodré apreendeu o conceito” (2001, p. 83), a heterocronia indica um modelo de sociedade pensado como um organismo. Esse conceito foi criado pelo biólogo e filósofo alemão Ernst Haeckel (1834-1919), um dos principais divulgadores das teorias darwinistas, e se referia “aos processos evolutivos dessincronizados que, em lugar de um processo gradual, contínuo ou ininterrupto, há descontinuidades e diferenças de ritmos” (CAMARGO, 2019, p. 489-499).

Situado no campo evolucionista e muito lido por intelectuais brasileiros na passagem entre os séculos XIX e XX, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana, Haeckel e suas teorias contribuíram para que aqueles autores representassem a nação como um processo que po-

5. Nas *Memórias de um escritor*, Sodré se refere a *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo* como as primeiras interpretações do passado brasileiro a partir do materialismo histórico, obras de um autor que ia além da mera exposição de fatos políticos e superava Oliveira Viana na análise do processo histórico brasileiro.

deria reproduzir os modelos europeus ou degenerar deles. Dessa maneira, uma concepção verdadeira do Brasil em seus diversos aspectos, dos sociais, econômicos e históricos aos geográficos e biológicos, servia para definir as formas que o país poderia desenvolver. Nesse aspecto, Carlos Alberto Dória destaca que o evolucionismo possuía uma qualidade narrativa específica, pois:

No nosso entender estas virtudes derivam da convicção bastante arraigada e difundida entre os materialistas de que todos os fenômenos naturais estão submetidos às mesmas leis, sejam eles fenômenos do mundo inorgânico, orgânico ou superorgânico. É esta totalidade que forma o mundo a que pertencem todos os objetos do discurso científico – seja ele uma alga, um animal vertebrado ou uma nação – e, portanto, é só no domínio de suas leis que se pode divergir ou convergir (DÓRIA, 2007, p. 18).

De volta a Sodré, nota-se que esse conjunto de referências diversas fez parte de sua formação intelectual, o que o autor menciona em passagens de suas memórias. Assim, Sodré comenta que além de ter lido Comte e “quase todo Haeckel” enquanto aluno do Colégio Militar, também ali leu “uma brochura francesa com o estudo de Lênin sobre o esquerdismo” (SODRÉ, 1986, p.41). Em outro trecho, ao fazer um balanço de sua produção e de suas referências até meados da década de 1940, Sodré comenta que:

A leitura de Haeckel, de Büchner, um pouco menos de Le Dantec, deixara marcas em meu pensamento. Dois eixos presidiam, desde então, o meu raciocínio: o da concepção materialista do universo e o da concepção de movimento da matéria. A leitura de Darwin, apesar de seu espiritualismo, fora muito importante para mim: ele reforçava a estrutura do pensamento apoiada naqueles dois eixos (SODRÉ, 1970, p. 363).

Portanto, nota-se que os pressupostos teóricos de Sodré naquele momento não estavam totalmente orientados pelo marxismo, apesar do autor apresentar algumas leituras naquele sentido. Pois apesar de algumas menções ao “capitalismo” no decorrer de FSB, Sodré não examina suas origens ou enquanto “modo de produção”, categoria fundamental no pensamento marxista. Por consequência, o autor menciona a existência de uma “burguesia comercial” portuguesa que patrocinou as navegações, assim como de uma “burguesia colonial” que apoiou a independência, enquanto Marx e Engels relacionam a ascensão dessa classe com o desenvolvimento da indústria e em confronto com o proletariado (2016, p.23), termo ausente de FSB.

Ao mesmo tempo, através do conceito de heterocronia⁶ Sodré refletiu a respeito do desenvolvimento desigual do Brasil, reflexão que o autor vai reelaborar sobre outros fundamentos em obras seguintes. Diferente de outras obras suas, que foram reeditadas com alterações, neste caso o autor optou por escrever uma nova história do Brasil. E apesar das diferenças de composição e da época em que foram publicadas, nota-se que ambas trazem o termo “formação” em seus títulos, sinal de um projeto comum não apenas a Sodré como a outros autores no período, pontos que passaremos a avaliar.

Uma história do Brasil a partir dos modos de produção, mas ainda em formação

Publicada em 1962, *Formação Histórica do Brasil* (daqui por diante abreviada por FHB), é o trabalho que traz algumas das teses mais características e polêmicas de Sodré a respeito da história e sociedade brasileiras. A primeira delas, cuja análise escaparia aos limites deste trabalho, é a afirmação da existência de relações feudais ou semif feudais no campo, que seriam resultado de uma “regressão” do escravismo em regiões onde a economia entrara em crise sem condições de evoluir para o trabalho livre (1962, p.248). Esses processos, que remontam aos períodos da colônia e do império, ainda teriam efeitos no presente, razão pela qual Sodré afirma “a necessidade de juntar o coro do campo, com a liquidação do latifúndio e das relações semif feudais de produção, ao coro das classes que participam da luta pelo livre desenvolvimento do país” (1962, p. 398).

O feudalismo também é mencionado em FSB, mas naquela obra Sodré afirma que Portugal “mal conheceu o feudalismo” por ter sido um país em que o Estado nacional centralizado na figura do rei se estabeleceu antes de outras regiões europeias. Além disso, a burguesia comercial teria sido a classe que financiou a empresa das navegações, aliada ao rei contra as resistências da nobreza e do clero (1944, p. 39-40). Desse modo, apesar do sistema de capitanias muitas vezes empregar fidalgos sem função na metrópole para povoar o Brasil,

É certo que esses traços não deram lugar senão a semelhanças, identidades formais, nada tendo do essencial do medievalismo, mesmo porque não seria possível, ainda numa terra longínqua, retornar a condições mortas de propriedade, como norma comum de uma sociedade que já sofrera tantas modificações (SODRÉ, 1944, p. 67).

Por essas condições, o autor afirma que “a empresa da colonização, entretanto, é, por sua amplitude, fundamentalmente capitalista” (1944, p. 70) pelo volume de capitais necessários para investimento até que as lavou-

6. A metáfora da sociedade como um organismo é muitíssimo anterior, mas Daniel García López (2016) adverte que mesmo o pensamento político moderno adaptou aquela imagem às suas teorias, como nas considerações de Hobbes e Rousseau sobre a formação do “corpo político”. Dessa forma, mais do que uma ruptura, aqueles autores praticavam um hibridismo entre a antiga concepção organicista da sociedade com as modernas teorias contratualistas. Com as devidas ressalvas, observa-se que um modelo semelhante foi empregado em FSB, onde o “organismo social” apresenta determinações de ordem econômica.

ras resultassem em lucro. Mais do que apontar as contradições entre as duas obras de Sodré neste ponto, vale observar que em FHB o autor analisa feudalismo e capitalismo enquanto modos de produção, assim como dedica parte do livro a distinguir entre capital comercial e capitalismo. Nesse aspecto, Sodré faz seguidas referências a *O capital* para esclarecer esse ponto:

O aparecimento do capital comercial é muito anterior, assim, ao aparecimento do capitalismo como modo de produção. O primeiro é capital aplicado unicamente na esfera da circulação de mercadorias: todo produto suscetível de troca era apoderado pelo capital comercial, fosse produzido como fosse, que auferia lucro da exportação dos extremos com os quais operava. (...) No regime capitalista de produção o capital comercial perde, ao contrário, a sua independência anterior, para converter-se em dependente, em servidor do capital industrial (SODRÉ, 1962, p.23-24).

A partir disso, Sodré sustenta que o capitalismo não se desenvolve a partir do capital comercial, mas quando existe uma acumulação primitiva de capital combinada a um processo de produção em crise. Nessas condições, surgem diferenças entre uma minoria de artesãos e camponeses enriquecidos, que se tornam capitalistas, e a maioria arruinada que se converte em operários assalariados. No caso de Portugal, esse processo não ocorreu porque a produção de manufaturas não alcançou um desenvolvimento suficiente para substituir o capital auferido na esfera da circulação, razão pela qual o capitalismo não era vigente quando o Brasil passou a ser colonizado. Em vez disso, aqui houve um regresso ao modo escravista de produção, pela exigência de mão de obra e investimento em grande escala para que os engenhos fossem lucrativos, o que excluiu artesãos e camponeses do projeto colonizador. E com o extermínio das comunidades indígenas, a escravidão africana foi a solução encontrada para suprir a mão de obra necessária naquele sentido (SODRÉ, 1962, p. 70).

Essas mudanças na argumentação de Sodré são comumente associadas às mudanças na linha política do PCB a partir da “Declaração sobre Política” de 1958, cujas análises sobre a sociedade brasileira de fato são próximas. Contudo, Jorge Grespan aponta que a distinção entre capitalismo e capital comercial feita em FHB foi possível a partir da categoria de “modo de produção” (2006, p.141), assim como as considerações de Sodré a respeito do feudalismo e do escravismo. Neste ponto as interpretações divergem, pois grande parte da bibliografia acadêmica considera que Sodré aplicou a sequência stalinista dos cinco modos de produção à história do Brasil, o que faria de seu pensamento “etapista”. Por outro lado, Grespan aponta

para uma argumentação mais complexa:

Em todas as descrições dos processos históricos europeus feitas em *Formação histórica do Brasil*, o caminho assinalado é o do progresso técnico que acaba por se tornar incompatível com o estado das relações de produção, forçando-as a mudar. (...) Entretanto, não é o que acontece no caso brasileiro. Como vimos, o capital comercial determina a solução escravista, que representa uma “regressão” histórica de um modo de produção a outro superado pelo seu mais baixo nível de produtividade. (...) O processo brasileiro praticamente subverte esta ordem usual, baseada no avanço das forças produtivas, por meio da imposição do grande comércio, isto, é, da situação colonial de exploração pela metrópole (GRESPLAN, 2006, p. 144-145).

Como as transformações nesse sentido são determinadas a partir do exterior, Sodré apresenta um país em que um modo de produção coexiste com “regressões” nas áreas mais distantes da produção agroexportadora, o que seria a origem das desigualdades regionais. Dessa forma, o que era concebido como heterocronia em FSB passa a ser descrito de outra maneira, que Sodré apresenta logo no começo de FHB:

(...) é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro, mas não privativo desse caso. Coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do país. Quem percorre o nosso território do litoral para o interior marcha, no tempo, do presente para o passado, conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semif feudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva (...). O fato de que tais regimes já não estejam nitidamente caracterizados, e o fato de que o escravismo, a rigor, esteja extinto, não invalidam tais contrastes (SODRÉ, 1962, p. 4).

Além de se basear no conceito marxista de modos de produção, mais uma vez nota-se aqui o caráter moderno da historiografia sodreana a partir das considerações de Koselleck sobre o tema. Afinal, o autor alemão argumenta que a abertura da história para um novo horizonte de expectativa, orientado pelo progresso, se inseria em um novo espaço de experiência, cujos efeitos se faziam sentir mesmo no cotidiano. E para se referir a esse conjunto de novas experiências que marcaram a Modernidade europeia, Koselleck cita um termo muito semelhante ao de Sodré:

Menciono a revolução copernicana, o lento desenvolvimento da técnica, o descobrimento do globo terrestre e de suas populações vivendo em diferentes fases de desenvolvimento, e por último a dissolução do mundo feudal pela indústria e o capital. Todas essas experiências remetiam à contemporaneidade do não contemporâneo, ou, inversamente, ao não contemporâneo no contemporâneo (KOSELLECK, 2006, p. 317).

Da antiga hierarquia feudal em estamentos, que permanecia estática, o conceito de progresso passou a reunir grupos, países ou classes que se percebiam adiantados ou atrasados em relação a um mesmo processo em escala mundial. Nesse sentido, “fazer história” podia se referir tanto ao esforço de um grupo para alcançar o grau de desenvolvimento dos demais quanto à superioridade técnica que permitiria a um povo ou classe social dirigir aquele desenvolvimento. Voltado para a transformação ativa do mundo, o conceito de progresso se desvinculava da noção de um tempo histórico cíclico ou natural, e dessa diferença surgiu a noção da modernidade como um tempo novo: “O “progresso” é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006, p.320).

No decorrer de FHB, as referências ao progresso se estendem a períodos diferentes e ao próprio tempo em que o livro é publicado. Assim, a proclamação da república é apresentada como resultado da “composição entre a fração progressista da classe senhorial e grupos ativos da classe média” (1962, p.275), mas seu domínio pelas oligarquias cafeeiras durante a República Velha resultou em “uma política que se reduzia em paralisar justamente o que era novo e progressista, reduzindo, por um sistema de força, o impulso renovador” (1962, p.307). E no último período de FHB, intitulado “Revolução”, Sodré apresenta as contradições externas e internas que impediam o país de progredir:

Nas condições atuais do desenvolvimento brasileiro já não é possível sem luta o domínio do capital estrangeiro sobre o capital nacional, do capital comercial sobre o capital industrial, do latifúndio sobre o desenvolvimento. Há uma disputa pelo poder entre as forças do progresso e as forças do atraso (SODRÉ, 1962, p. 374).

7. A análise do conceito de feudalismo em FHB excederia os limites deste artigo, mas Jorge Grespan considera que Sodré não o empregava no mesmo sentido da experiência europeia, e sim como um equivalente para designar uma relação social intermediária entre a escravidão e o capitalismo em certas regiões do Brasil. Contudo, grande parte da bibliografia acadêmica discute se o uso do conceito por Sodré era literal ou uma adaptação para explicar a formação econômico-social brasileira dentro dos limites teóricos do marxismo à época, como afirma Daniela Conte (2010).

Dessa forma, nota-se que Sodré percebia essas disparidades de maneira semelhante à contemporaneidade do não contemporâneo mencionada por Koselleck. No entanto, nesse caso Sodré as descreveu a partir da categoria marxista de modos de produção, como diferenças entre regiões onde vigia um modo feudal ou semifeudal e áreas onde se implantava o modo capitalista de produção.¹⁹ A industrialização foi assim identificada como progresso, aspecto em que Sodré se aproxima de outros intelectuais brasileiros no período, sobretudo os do ISEB (TOLEDO, 2001). Por outro lado, o latifúndio no plano interno e o imperialismo no externo foram apresentados como obstáculos que mantinham o atraso no campo, contra os quais o autor defendia a adoção de uma política econômica para superá-los: “A solução para

esse estado de coisas – o passado entavando por dentro e o presente oprimindo de fora – seria o desenvolvimento industrial interno, autônomo” (REIS, 2000, p. 165).

Por esses motivos, observa-se que as diferenças entre FSB e a obra de 1962 são de ordem teórica, pois Sodré passou a interpretar a história brasileira e as características de nossa sociedade sob um referencial marxista ausente no trabalho anterior. A partir desse referencial, o autor realizou um diagnóstico do passado para guiar a ação no presente e elaborar um projeto coletivo de futuro, sentido em que sua obra se abre para um tempo histórico que remete às considerações de Koselleck sobre o tema. No entanto, um último aspecto levanta certas continuidades entre as duas obras, assim como as relações de Sodré com a historiografia brasileira no período: o conceito de “formação”. Nesse sentido, diferentes autores observam que o termo é comum aos títulos de muitas obras fundamentais nos estudos brasileiros, de Caio Prado Júnior a Celso Furtado e Antonio Candido, entre outros.⁸ Para Leandro Konder, “O termo sugeria a busca de um processo que fizesse algum sentido, em meio à fragmentariedade e dispersão dos fatos” (1998, p.368), uma forma de analisar os temas enquanto “sistema” em suas conexões internas e vínculos externos.

Henrique Estrada Rodrigues identifica a persistência desse paradigma na historiografia brasileira entre os anos 1920 e 1950 e procura os motivos pelos quais o conceito de formação foi utilizado como chave explicativa em trabalhos tão distintos entre si. Nesse sentido, Rodrigues remete ao gênero do “romance de formação” e sua genealogia para considerar que, em vez de um personagem, aqueles autores narram o sentido de uma individualidade histórica, a nação e seus problemas de formação. O que não implicava em ausência de método ou apelos à imaginação, mas em uma escrita que buscava representar a tensão entre a realidade histórica e os modelos estrangeiros em que a nação se baseava:

Particularmente, os autores aqui em questão pareciam representar uma sensibilidade histórica atenta não apenas às raízes da nação, mas também – e sobretudo – a uma realidade movente, capaz ora de dissolver referências tradicionais, ora de recompô-las em termos nunca inteiramente idênticos aos anteriores. O fato é que nesses intercâmbios entre o novo e o velho, entre o moderno e o tradicional, os intérpretes sobre a formação do Brasil atentavam-se para uma experiência própria de mundo, para as incertezas de uma formação dificilmente interpretadas sob a chave de veneráveis tradições adventícias (RODRIGUES, 2015, p. 260).

Dessa maneira, Rodrigues considera o conceito de formação como “forma simbólica” de uma estrutura narrativa, aspecto em que se apoia nas análises de Paulo Arantes sobre a obra de Antonio Candido. Pois de acordo com

8. *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado, foi publicada em 1942; *Formação econômica do Brasil*, de Furtado, e *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, de Antonio Candido vieram a público em 1959. Além desses títulos, Henrique Estrada Rodrigues considera que obras como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, adotam uma chave explicativa semelhante para nossa história.

Arantes, o conceito de formação representa “a cifra de uma experiência intelectual básica”, um foco em comum entre aqueles autores:

(...) na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante, com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele *corpus* de ensaios sobretudo o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução (ARANTES, 1997, p. 12-13).

Rodrigues e Arantes notam que essa escrita era ao mesmo tempo descritiva, em busca das linhas mestras de nossa evolução histórica, e normativa, pois a partir disso se fazia a crítica das heranças legadas por nosso passado. E embora Sodré não esteja entre os exemplos citados pelos autores, FHB apresenta essas características. Abarcando desde o fim do feudalismo europeu até o governo Kubitschek em pouco mais de quatrocentas páginas, sua dimensão descritiva é ao mesmo tempo uma síntese histórica do país, a exemplo do que fazem *Raízes do Brasil* ou *Casa-Grande & Senzala*. Em sua dimensão normativa, Sodré critica a “herança colonial” cujos efeitos ainda se faziam sentir, pois “Toda a nossa história, e as alterações que ela assinala, marca as etapas por um esforço de adaptação: da produção colonial ao capital comercial; da produção colonial ao capitalismo da produção semicolonial ao imperialismo” (1962, p. 296).

A partir desse traço normativo, tais obras pretendiam intervir nos debates sobre os rumos do Brasil, e nesse ponto Rodrigues menciona os casos de intelectuais com tendências políticas opostas que ocuparam cargos públicos, como Oliveira Viana e Celso Furtado. No entanto, Henrique Rodrigues identifica um declínio do conceito de formação a partir dos anos 1960, o que se devia tanto ao refluxo do horizonte de expectativas causado pelo golpe de 1964 quanto ao avanço na profissionalização da pesquisa histórica nas universidades, de onde as obras de síntese histórica com acentos ensaísticos caíram em desuso (2015, p. 271-273). Esses aspectos pesaram especialmente contra Sodré naquele momento, tanto por sua falta de formação acadêmica quanto por sua origem militar: “Levava, assim, adiante o destino de ser um eterno estranho no ninho; na vida militar, o soldado de passo errado em um batalhão de anticomunistas obcecados; na vida civil, o intruso general das letras” (COSTA, 2006, p. 17).

Considerações finais

Por essas breves considerações, percebemos continuidades e descontinuidades nas obras de Nelson

Werneck Sodré. Pois de um lado nota-se que o autor definiu seus referenciais teóricos pelo marxismo entre os anos 1940 e 1960, razão por que elaborou uma nova história do Brasil em vez de alterar seu plano original. Dessa maneira, sua imagem de marxista “ortodoxo” ligado ao PCB deve ser vista à luz daquele período e dos principais debates na época, como o nacionalismo e a defesa da reforma agrária, entre outros. Ao mesmo tempo, Sodré manteve uma escrita da história que procurava as origens de nossa formação no passado para, a partir do conhecimento de seus problemas, intervir no presente, projeto comum à intelectualidade brasileira na primeira metade do século XX sob diferentes referenciais e conteúdos. Portanto, apesar de sua obra ter sido tachada como obsoleta nas décadas seguintes, percebemos que Sodré dialogava com os principais autores dedicados a pensar o Brasil em seu tempo.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.7-66.

CAMARGO, Maicon da Silva. Do singular ao plural: pensar e operar a multiplicidade temporal na/da história. **Temporalidades – Revista de História**, v. 11, n. 3, p. 497-502, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/16214/16222>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CONTE, Daniela. **Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil Moderno: Análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

COSTA, Octavio. Vida e obra de Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.17-30.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. **A Utopia Tenentista na construção do Pensamento Marxista de Nelson Werneck Sodré**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Cadências e Decadências do Brasil (O futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GAIO, André Moysés. **Modernismo e ensaio histórico**. São Paulo: Cortez, 2004.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.135-150.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p.355-374.

KONDER, Leandro. Nelson Werneck Sodré. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.53-58.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LÓPEZ, Daniel J. García. Fragmentos de la metáfora orgánica en el pensamiento político moderno. **Pensamiento**, v. 72, n. 272, p.735-760.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, Marisângela. Os intelectuais comunistas no Brasil: uma breve reflexão. In: HEINZ, Flácio M. (Org.). **Dos intelectuais na política à política dos intelectuais: pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 67-88.

MARX, Karl; ENGELS, Friderich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

MORAES, João Quartim de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. In: MORAES, João Quartim e ROIO, Marcos Del (orgs.). **História do marxismo no Brasil**, v.4. Visões do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p.161-227.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno Franco *et al.* (orgs.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p.253-275.

SILVA, Marcos. Nota preliminar. In: SILVA, Marcos (Org.). **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.11-15.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um escritor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado: do tenentismo ao Estado novo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado: do Estado Novo à ditadura militar**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

TALARICO, Fernando. Formação da Sociedade Brasileira. In: SILVA, Marcos (Org.). **Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.127-132.

TOLEDO, Caio Navarro de. Nacionalismo e ISEB em Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos (Org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru, EDUSC; São Paulo, FAPESP, 2001, p.41-53.

Neste artigo, apresentaremos de que maneira a sociedade brasileira é concebida em duas obras históricas de Nelson Werneck Sodré, considerado um dos principais intelectuais marxistas brasileiros: *Formação da sociedade brasileira* (1944) e *Formação histórica do Brasil* (1962). Pelas diferenças conceituais entre os dois trabalhos e pelo hiato de tempo entre eles, observa-se que houve uma transição entre uma imagem organicista do Brasil para a afirmação da existência de modos de produção diferentes e simultâneos no país, tese pela qual o autor é mais conhecido. Ao mesmo tempo, a persistência do conceito de formação revela certas perenidades no projeto historiográfico de Sodré e suas relações com a historiografia brasileira do período, aspectos que as reflexões de Koselleck e outros autores nos auxiliam a elucidar.

RESUMO

Nelson Werneck Sodré. Historiografia brasileira. Formação.

PALAVRAS-CHAVE

In this paper we will present how Brazilian society is conceived in two historical works by Nelson Werneck Sodré, considered to be one of the main Brazilian Marxist intellectuals: *Formação da sociedade brasileira* (1944) and *Formação histórica do Brasil* (1962). Due to the conceptual differences between the two works and the time gap between them, it can be observed that there was a transition from an organicist image of Brazil to the affirmation of the existence of different and simultaneous modes of production in the country, the thesis for which the author is best known. At the same time, the persistence of the concept of formation reveals certain perennialities in Sodré's historiographical project and its relations with Brazilian historiography of the period, aspects that the reflections of Koselleck and other authors help us to elucidate.

ABSTRACT

Nelson Werneck Sodré. Brazilian historiography. Formation.

KEYWORDS

TIAGO CONTE

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0363-1441>

E-mail: tconteste@gmail.com

RECEBIDO: 17.09.2021

ACEITO: 17.11.2021